



SALAZAR disse ...

«Entretanto a nossa gente bate-se e morre em Angola, como já se bateu e morreu noutras partes do território ultramarino. Bate-se e morre pelo Governo actual? Que ideia! Vai bater-se amanhã pela democracia? Que engano! Bate-se e bater-se-á com este ou outro Governo pela Nação que é uma realidade tangível, e que o povo sente bem na pureza do seu instinto patriótico e à margem da torcida filosofia dos doutores».
Discursos e notas Políticas, Vol. VI – 1959-1966, pág. 172.

... /// ...

O MUNDO PORTUGUÊS

Livro de Leitura para o
Ensino Técnico Profissional

OS TEMPLÁRIOS¹

Os Templários, os heróis das cruzadas nas conquistas da Palestina, acusados de abomináveis superstições e sacrilégios, foram barbaramente exterminados em França, e a Ordem aniquilada por toda a parte.

Mas, se eram gerais o temor e a aversão contra essas orgulhosas e turbulentas espadas, em que a realeza e a tiara viram um perigo e uma ameaça, em Portugal, desde o primeiro reinado, os Templários foram valiosos e fiéis auxiliares na luta da reconquista e na fundação da monarquia, e jamais o seu valor deixou de ser assinalado. Quando a estrela radiosa do Rei Conquistador começou a empalidecer, batido pelos muçulmanos, domado pelo genro leonês, depois de quebrantado pelo desastre de Badajoz, reduzido à inacção pela ferida do joelho, rugindo, como um velho leão, no seu fojo de Santarém — foi ao valor e fidelidade provada dos soldados do Templo que confiou o prosseguimento das suas empresas guerreiras e a defesa das fronteiras do

(Continua¹ 1de3)

EDUCAÇÃO CÍVICA E MORAL²

CONCEITO DA RESPONSABILIDADE MORAL

Todos os actos humanos *deliberados*, isto é, praticados com conhecimento, vontade e liberdade, importam responsabilidade moral. São imputados para mérito ou demérito à pessoa que os pratica (Quem faz o bem merece; quem faz o mal desmerece. Quem merece deve ser recompensado; quem desmerece deve ser punido. Mérito significa o direito à recompensa; demérito significa a exigência do castigo. A ideia de mérito exprime a relação que existe entre o bem e a recompensa; a ideia de demérito exprime a necessidade de sofrer a pena resultante da violação da lei).

A responsabilidade moral consiste na necessidade em que se encontra o ser racional e livre de dar contas dos seus actos e sofrer as consequências deles.

À responsabilidade corresponde a imputabilidade. A responsabilidade moral pressupõe a existência de leis obrigatórias para o homem, a capacidade do homem para conhecer essas leis, e o poder de conformar ou não conformar com elas a sua actividade.

(Continua² 1de6)

(Continuação¹ 2de3)

pequeno reino. Assim considerados bons e leais companheiros de armas, D. Dinis julgando indispensável a sua cooperação no alargamento e segurança do território contra o perigo maometano, consegue da Santa Sé o restabelecimento, em Portugal, da Ordem, sob aspecto diferente, e com a designação de cavaleiros de Cristo. Bem longe estava D. Dinis de imaginar que consequências assombrosas resultariam deste sucesso, aparentemente tão simples, bem longe de supor que maravilhosos acontecimentos o destino arrancaria deste facto, para o engrandecimento político e comercial da Nação e para a obra triunfante da civilização do Mundo; porque foi com o recurso das enormes riquezas da Ordem de Cristo que o Infante D. Henrique, dominado por um grande pensamento, fez face às despesas avultadas das suas explorações marítimas no litoral da África. São estes factos que naturalmente repassam pela lembrança de quem contempla o conjunto variado e vasto dos edificios que serviram de domicílio a essas bravas legiões.



(Continua)

(Continuação² 2de6)

Por outras palavras: se não existissem leis morais que impõem obrigações ao homem, e se o homem não fosse dotado de inteligência e de vontade livre, os actos humanos não importariam para ele responsabilidade moral.

Mas, de facto, o homem sente-se dotado de inteligência e de liberdade; reconhece-se capaz de fazer o bem ou o mal; forma juízos morais a respeito da sua própria conduta, e a respeito da conduta dos seus semelhantes; compreende que tem deveres e que pode cumprir ou deixar de cumprir esses deveres; reconhece que em muitos dos actos que pratica lhe advém mérito ou demérito.

Isto equivale a dizer que o homem tem consciência da sua responsabilidade. Se faz o bem, a sua consciência aprova-o, se cumpre o seu dever, a consciência aplaude-o; se faz o mal ou falta ao seu dever a consciência reprova-o e censura-o.

A responsabilidade moral dos actos humanos é portanto um facto incontestável.

ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE MORAL

Por outras palavras: se não existissem leis morais que impõem obrigações ao homem, e se o homem não fosse dotado de inteligência e de vontade livre, os actos humanos não importariam para ele responsabilidade moral.

Mas, de facto, o homem sente-se dotado de inteligência e de liberdade; reconhece-se capaz de fazer o bem ou o mal; forma juízos morais a respeito da sua própria conduta, e a respeito da conduta dos seus semelhantes; compreende que tem deveres e que pode cumprir ou deixar de cumprir esses deveres; reconhece que em

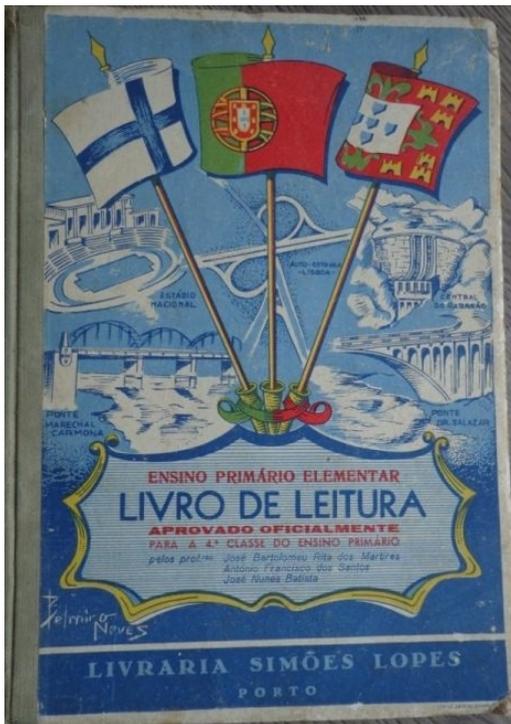
(Continua)

(Continuação¹ 3de3)

O Convento de Cristo é, principalmente, notável por encerrar afirmações, valiosas e autênticas, das fases principais da arquitectura que entre nós floriram e passaram. Cada época ali deixou impressa a expressão da sua força e do seu encanto. É como que o depósito colectivo da vida artística da Nação, através de cinco séculos de aspirações e de lutas, de vicissitudes sociais, de fortuna e de glória, de exaltação e desfalecimentos. ■

A. GONÇALVES
A Arte e a Natureza em Portugal

RECORDAR (1de2)



(Continuação² 3de6)

muitos dos actos que pratica lhe advém mérito ou demérito.

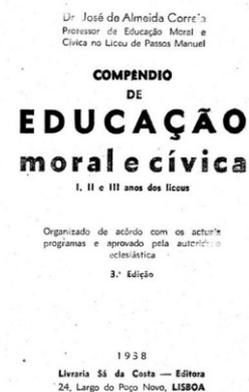
Isto equivale a dizer que o homem tem consciência da sua responsabilidade. Se faz o bem, a sua consciência aprova-o, se cumpre o seu dever, a consciência aplaude-o; se faz o mal ou falta ao seu dever a consciência reprova-o e censura-o.

A responsabilidade moral dos actos humanos é portanto um facto incontestável.

Só os seres dotados de inteligência e de liberdade são susceptíveis de responsabilidade moral. O homem, ser racional e livre, é sujeito desta responsabilidade; mas nem todos os actos que pratica a importam. Os actos humanos que importam responsabilidade moral são somente aqueles em que há conhecimento e deliberação da parte do sujeito.

Sem conhecimento e sem liberdade não pode haver responsabilidade moral. Aquilo que de nenhum modo é conhecido não pode ser objecto da nossa vontade, e aquilo que a nossa vontade de nenhum modo quis não nos pode ser imputado.

Todo o acto humano a que falta o conhecimento e a voluntariedade (vontade livre) é destituído de responsabilidade moral.



(Continua)

João Gomes – Lisboa

www.oliveirasalazar.org – info@oliveirasalazar.org – TM: 962296833

A RESPONSABILIDADE E A LEI

A actividade do homem está sujeita a leis morais. Abusando da liberdade de que é dotado, o homem pode violar essas leis, mas não as pode violar impunemente; tem de sofrer as consequências dos seus actos.

Nós somos *livres*, mas não somos *independentes*; não podemos dispor a nosso bel-prazer da nossa liberdade, sem termos que dar contas a ninguém.

A nossa liberdade está sujeita a regras que lhe regulamentam o exercício. Essas regras constituem a lei.

A existência da lei implica a existência duma autoridade capaz de a impor dando-lhe sanções.

Por *sanção de lei moral* entende-se o conjunto de prémios ou penas que resultam do cumprimento da lei ou da sua violação. As leis morais podem ter diversas sanções.

Assim, a prática de actos bons, além da satisfação que produz na consciência, pode merecer recompensa na vida presente e na vida futura; os actos maus, além do pesar e do remorso que produzem na consciência, podem merecer punição ou castigo.

Do cumprimento das leis morais, ou da sua violação, resultam para o homem consequências diversas, a primeira das quais é a *responsabilidade*.

Da responsabilidade provém o mérito e o demérito, com as sanções correspondentes.

CAUSAS QUE AFECTAM A RESPONSABILIDADE MORAL

Do que fica dito se conclui que há estados ou situações nas quais a pessoa é considerada isenta de responsabilidade moral, e há outros

(Continua)

estados ou situações, nas quais essa responsabilidade se deve considerar diminuída.

Assim, as pessoas que se encontram privadas de exercício normal das suas faculdades, como as crianças antes do uso da razão, os dementes, os loucos, não têm responsabilidade moral dos actos que praticam. As pessoas temporariamente privadas do uso da razão, como os furiosos, os epilépticos, as pessoas hipnotizadas, sonâmbulas, alucinadas, ou em estado de completa embriaguez, não têm responsabilidade moral dos actos praticados durante estes estados de crise, salvo no caso de haverem provocado ou consentido esses estados, tendo previsto que durante eles poderiam praticar o mal.

As causas que podem tirar ou diminuir a responsabilidade moral são: a *ignorância*, as *paixões*, o *medo* e a *violência*.

A ignorância, quando é total, quer dizer, quando o sujeito nada conhece do valor moral do acto, ou forma a respeito dele um juízo invencivelmente erróneo, julgando-o bom, isenta de responsabilidade moral.

Quando não é total, a ignorância apenas pode diminuir o grau de responsabilidade, pois esta depende do grau de conhecimento.

Mas a *ignorância afectada* ou fingida não só não isenta de responsabilidade, como pode até aumentá-la.

O medo, as paixões e a violência podem ser tão graves que isentem de toda a responsabilidade. Isto acontece quando impedem o conhecimento do valor moral do acto, perturbando, a inteligência ou a razão no seu exercício normal, ou quando actuam tão fortemente sobre a vontade, que esta se sente coacta, privada de liberdade.

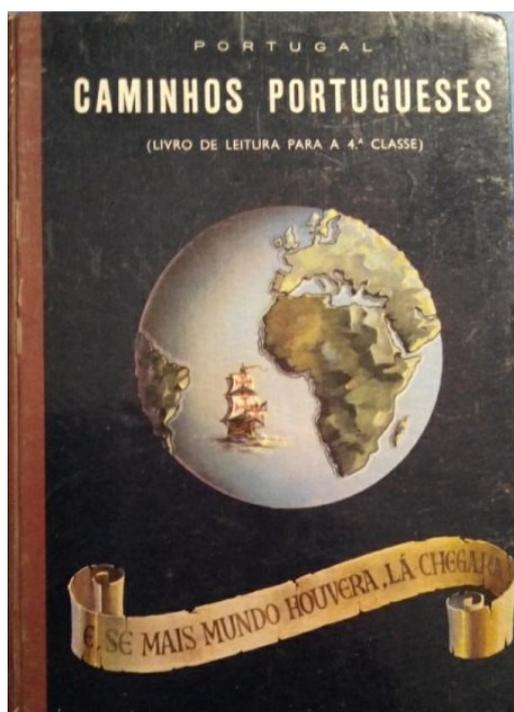
(Continua)

(Continuação² 6de6)

Quando não impedem totalmente o conhecimento do valor moral do acto, ou não privam a vontade do exercício da liberdade, não isentam da responsabilidade moral, mas podem diminuí-la ou atenuá-la.

Na medida em que qualquer das referidas causas, ou todas elas, actuam sobre a inteligência ou sobre a vontade, nessa medida se diminui a responsabilidade moral.■

RECORDAR (2de2)



A NAU CATRINETA³

Lá vem a nau Catrineta,
Que tem muito que contar!
Ouvide, agora, senhores,
Uma história de pasmar.

Passava mais de ano e dia
Que iam na volta do mar;
Já não tinham que comer,
Já não tinham que manjar;
Deitaram sola de molho,
Para o outro dia jantar,
Mas a sola era tão, rija,
Que a não puderam tragar.

Deitam sortes à ventura
Qual se havia de matar;
Logo foi cair a sorte
No capitão-general.

— Sobe, sobe, marujinho,
Àquele mastro real;
Vê se vês terras de Espanha,
As praias de Portugal.

— Não vejo terras de Espanha,
Nem praias de Portugal;
Vejo sete espadas nuas,
Que estão para te matar.

— Acima, acima, gajeiro,
Acima, ao tope real:
Olha se enxergas Espanha,
Areias de Portugal.

— Alvissaras, capitão,
Meu capitão-general!
Já vejo terras de Espanha,
Areias de Portugal;
Mais enxergo três meninas
Debaixo de um laranjal;
Urna sentada a coser,
Outra na roca a fiar,
A mais formosa de todas
Está no meio a chorar.

(Continua³ 1de3)

(Continuação³ 2de3)

— Todas três são minhas filhas,
Oh! quem mas dera abraçar!
A mais formosa de todas
Contigo a hei-de casar.

— A vossa filha não quero,
Que vos custou a criar.

— Dar-te-ei tanto dinheiro,
Que não no possas contar.

— Não quero o vosso dinheiro,
Pois vos custou a ganhar.

— Dou-te o meu cavalo branco,
Que nunca houve outro igual!

— Guardai o vosso cavalo,
Que vos custou a ensinar.

— Dar-te-ei a nau Catrineta,
Para nela navegar.

— Não quero a nau Catrineta,
Que não na sei governar.

— Que queres tu, meu gajeiro?
Que alvíssaras te hei-de dar?



(Continua)

(Continuação³ 3de3)

— Capitão, quero, a tua alma,
Para comigo a levar.

— Renego de ti, Demónio,
Que me estavas a tentar!
A minha alma é só de Deus.
O corpo dou eu ao mar.

Tomou-o um anjo nos braços,
Não no deixou afogar;
Deu um esteiro o Demónio,
Acalmaram vento e mar,
E à noite a nau Catrineta
Estava em terra a varar. ■

Romance popular